

EDITORIAL

É com alegria que apresentamos aos leitores da Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação (RBPAAE) e aos associados da ANPAE o volume 31, número 2, de maio a agosto de 2015. Trata-se de um número especial por marcar o início da nova gestão da diretoria da associação eleita em abril de 2015, quando foram eleitos o professor João Ferreira de Oliveira, da Universidade Federal de Goiás (UFG), presidente, e os vice-presidentes regionais, secretários e conselheiros fiscais para o biênio 2015-2016. Em decorrência dessa mudança, a editoria da RBPAAE passou a ser da responsabilidade das professoras Lúcia Maria de Assis e Daniela da Costa Britto Pereira Lima, professoras da UFG. Ressaltamos que é uma honra e, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade suceder as professoras Janete Lins Azevedo e Alice Happ Botler, responsáveis por esse trabalho nos últimos quatro anos, sabendo que a tarefa de manter a qualidade e a importância deste periódico no campo das políticas educacionais será extremamente desafiadora.

Algumas mudanças na organização da Revista estão sendo promovidas para adequá-la aos novos parâmetros de qualidade definidos no âmbito da publicação de periódicos científicos. A partir da organização do v. 31, n. 3 de 2015, todas as submissões dos artigos passaram a ser feitas por meio eletrônico, na página do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). O trabalho de avaliação dos pareceristas também passou a ser realizado eletronicamente, consolidando ainda mais a avaliação cega e imparcial dos trabalhos submetidos. Outras novidades importantes é que, a partir deste número, a versão eletrônica da RBPAAE já contará com número de ISSN específico e a versão impressa está sendo produzida pelo Centro Editorial de Gráfico da UFG (Cegraf).

Quanto aos artigos que compõem este número há uma diversificação de temas que se articulam com as questões e desafios que caracterizam o campo das políticas e gestão da educação nos dias atuais, em especial no que diz respeito ao financiamento da educação, à gestão escolar, aos programas governamentais e à avaliação da educação básica no Brasil, abordando também aspectos da gestão educacional e da migração de intelectuais em Portugal.

Abrindo a coletânea, apresentamos o artigo Financiamento da educação e indicadores de qualidade: um estudo exploratório de seis municípios brasileiros, de autoria de Andréia Barbosa Gouveia e Andrea Polena. O estudo articula indicadores de desenvolvimento econômico e social aos indicadores educacionais para problematizar as condições de qualidade de oferta educacional em seis municípios brasileiros. Os resultados evidenciam um cenário de crescimento

dos recursos nos municípios, com reflexo no crescimento dos gastos anuais por aluno, bem como a manutenção de desigualdades de capacidade de investimento nos municípios da amostra. O texto apresenta consistente aporte teórico e contribuições importantes para a compreensão das relações entre o financiamento e a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

Em seguida, o artigo Educação Infantil no Brasil: reflexões sobre a supervisão e a gestão de recursos humanos, de autoria de Fabiana Silva Fernandes, apresenta os resultados de pesquisa sobre gestão da Educação Infantil no Brasil, realizada em 2011 e 2012, em Secretarias Municipais de Educação. O estudo aborda o trabalho de supervisão nesse nível da educação em seis capitais, bem como as formas de ingresso para o cargo de diretor nas instituições educativas dos municípios participantes da amostra.

O terceiro artigo, intitulado Descentralização e gestão do ensino nos programas PDE-Escola e Mais Educação, de autoria de Rita de Cássia Oliveira e Beatriz de Basto Teixeira, apresenta os resultados de estudo sobre efeitos dos programas PDE-Escola e Mais Educação na gestão de escolas e da rede de ensino. As autoras concluíram que tais programas ampliaram a possibilidade de melhoria da qualidade de ensino, ao mesmo tempo em que trouxeram desafios para a gestão escolar. O estudo apresenta um quadro teórico consistente além de dados que contribuem sobremaneira para os debates nesse campo de estudos e pesquisas.

Em seguida, também abordando as relações entre qualidade e gestão da educação, apresentamos o estudo intitulado Educação de qualidade e gestão pública: a construção do planejamento de uma secretaria de educação, de autoria de Dirléia Fanfa Sarmento, Jardelino Menegat e Vera Lúcia Ramirez, no qual os autores analisam o processo do planejamento de uma Secretaria Municipal de Educação. O estudo destaca o protagonismo dos sujeitos participantes na reflexão sobre a própria práxis, bem como na construção de conceitos e na revisão de concepções, por meio da investigação-ação-formação, aliadas à consolidação de uma gestão focada em resultados e à qualificação dos serviços prestados.

O artigo Avaliação da educação básica e qualidade do ensino: estudo sobre os Anos Finais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de São Paulo, de autoria de Cristiane Machado, Ocimar Munhoz Alavarse e Adolfo Samuel de Oliveira enfocam os resultados, na Prova Brasil, dos alunos dos anos finais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Contextualiza a avaliação da educação básica no país e ressalta a criação da Prova Brasil e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como elementos balizadores do debate sobre a qualidade do ensino. Fundamentado em um amplo quadro teórico, o artigo contribui para qualificar o debate em torno

dos usos da avaliação na promoção da qualidade da educação na rede pública em análise.

A avaliação também é o tema central do artigo que segue, intitulado Efeitos colaterais da meritocracia na educação: a rede municipal de educação de Foz do Iguaçu e o IDEB, escrito por Silvio Benitez e Silvana Aparecida de Souza. O estudo apresenta uma reflexão sobre as repercussões da implantação da meritocracia nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, por meio da análise do conteúdo de matérias jornalísticas publicadas na imprensa local e dos relatórios de uma Comissão Especial do IDEB criada pela Câmara Municipal. Ancorados em referenciais teóricos e metodológicos consistentes, os autores contribuem para ampliar o debate em torno das consequências dos resultados dos testes em larga escala no Brasil.

O estudo intitulado Políticas Públicas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que vem a seguir, foi escrito por Berenice Corsetti e Lúcio Vieira e contempla o campo das políticas públicas para a educação profissional de nível médio pós Lei 9.394/96, no qual identificam diferentes concepções acerca dessa modalidade de formação por meio de criteriosa análise de documentos oficiais, legislação e dados atualizados sobre as matrículas. Os autores lançam importantes contribuições para o debate sobre a profissionalização e evidenciam um embate entre diferentes projetos para a educação profissional de nível médio, bem como os processos de descentralização e recentralização do controle desse nível de ensino.

Os dois artigos que seguem tratam de pesquisas realizadas em Portugal. Inicialmente apresentamos Escola, gênero e gestão em ação: um estudo de caso em Portugal, escrito por Maria Custódia Jorge Rocha e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, que apresenta os contextos organizacionais e da gestão na correlação com os estudos sobre as relações de gênero, através de uma análise crítica dos discursos organizacionais. Constatam que homens e mulheres, influenciados por concepções, pressupostos e princípios, tendem a reproduzir e a fortalecer a divisão institucional moderna e racionalizadora entre gestão educativa e gênero feminino.

Já o trabalho de Luísa Cerdeira, Belmiro Cabrito, Maria de Lourdes Machado Taylor e Rui Gomes, intitulado A fuga de cérebros em Portugal: hipóteses explicativas, apresenta uma investigação em curso em Portugal sobre a emigração de portugueses altamente qualificados na última década. Nesse estudo, pioneiro em Portugal, analisam-se algumas hipóteses que possam explicar as razões desse fenômeno.

Os dois textos que seguem, fechando esta seção de artigos, abordam a criação do Sistema Nacional de Educação, em avançada fase de discussão nas

diversas instâncias de governo e em entidades que representam a sociedade civil, contribuem sobremaneira para enriquecer e qualificar o debate em torno da efetivação do Plano Nacional de Educação (PNE).

O texto intitulado *A consolidação do regime de cooperação e a criação de um Sistema Nacional de Educação: da atualidade do Manifesto dos Pioneiros de 1932 ao novo Plano Nacional de Educação*, escrito por Célio da Cunha e Luciana Cordeiro Limeira, discorre acerca da garantia e da efetivação do direito à educação, da organização de um Sistema Nacional de Educação e da criação de fundos para seu financiamento, por meio de uma análise contemporânea das políticas públicas, na qual se desenvolvem algumas reflexões acerca da consolidação do regime de cooperação e sua repercussão no levantamento e no uso dos fundos contábeis para a educação e a materialização do novo PNE.

Encerrando a seção de artigos, Maria Beatriz Luce e Nalú Farenzena apresentam o texto intitulado *Uma contribuição ao movimento instituinte do Sistema Nacional de Educação*, por meio do qual discorrem sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação como uma questão central no atual momento histórico, balizada pela agenda do PNE (2014-2024). Nesse artigo apresentam os dois documentos-base para a construção do Sistema Nacional de Educação produzidos pela SASE/MEC. Situam também o legado normativo e a arena política do tempo presente, ressaltando a importância da intensificação das lutas para que se garanta o direito de todos à educação.

Por fim, na seção “Documentos”, apresentamos dois documentos: o primeiro construído por Carlos Augusto Abicalil; Carlos Roberto Jamil Cury; Luiz Fernandes Dourado e Romualdo Portela (convidados externos); Maria Beatriz Luce, Binho Marques e Flávia Nogueira (Ministério da Educação), intitulado *O Sistema Nacional de Educação*, elaborado a pedido da SASE/MEC (Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino), por um grupo de pessoas que se dispôs a propor os primeiros acordos sobre o tema para contribuir com as discussões rumo à construção de uma proposta coletiva em todo o país, de modo que possa encontrar eco no Congresso Nacional, colocando em curso a agenda instituinte do SNE.

O segundo documento, denominado *Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o país*, apresenta o texto elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) com a contribuição qualificada de Carlos Augusto Abicalil (OEI), Carlos Roberto Jamil Cury (PUC/MG), Luiz Fernandes Dourado (UFG e CNE) e Romualdo Luiz Portela de Oliveira (USP). O objetivo da divulgação desses dois documentos neste número da RBPAAE é contribuir para que eles alcancem o maior número de pessoas possível, de modo a fundamentar as discussões por todo o país, na expectativa de estimular debates e contribuições

para a construção de uma proposta coletiva que encontre eco no Congresso Nacional.

Lúcia Maria de Assis

Editora

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

Editora Associada